

CONVOCATÓRIA

Manifestação de Interesse para realização da Primeira Assembleia Cidadã sobre o Clima em Cidades Amazônicas

Você conhece as Assembleias Cidadãs por sorteio? Sabe o que elas estão fazendo pela sustentabilidade de cidades, regiões e países ao redor do mundo e no Brasil? Nas próximas páginas, iremos apresentar os principais pontos sobre esta tecnologia social, e convidar você, liderança democrática da Amazônia, a participar do projeto "**Democracia deliberativa para política climática de cidades na América Latina**" para realizar uma Assembleia Cidadã sobre o presente e o futuro da sua cidade. Isto pode ser feito até **02 de outubro** por meio do **formulário de manifestação de interesse** que você encontra no final desse documento. Venha se juntar a um movimento latino americano pioneiro na gestão democrática do clima e da sustentabilidade!

Sumário

1. O que são as Assembleias Cidadãs por sorteio?
2. O que é o projeto?
3. Por que a Amazônia Legal?
4. O que chamamos de proponente da Assembleia Cidadã?
5. Que tipo de proposta é adequada para uma Assembleia Cidadã sobre clima e sustentabilidade?
6. Etapas do Processo
7. Como será o apoio?
8. Quais contextos e perfis das cidades buscamos para a Primeira Assembleia Cidadã sobre o Clima em Cidades Amazônicas?
9. O que acontece se sua cidade não for definida dessa vez para a implementação de uma Assembleia Cidadã?
10. Como manifestar interesse?
11. Quem somos?

1. O que são as Assembleias Cidadãs por sorteio?

Assembleias Cidadãs são uma inovação democrática em que um grupo representativo de cidadãs e cidadãos, sorteado entre a população, é informado sobre um tema de interesse público e delibera a respeito. O resultado ao final do processo é o encaminhamento de recomendações obtidas por meio de consenso sobre o problema em questão. Deliberação cidadã é como chamamos o processo deliberativo que ocorre durante as Assembleias Cidadãs.

O ciclo das Assembleias Cidadãs se divide em 5 etapas:

- Planejamento inicial;
- Constituição de um Grupo de Conteúdo, formado por pessoas convidadas como representantes de organizações e movimentos; pesquisadores e especialistas; lideranças locais; atores políticos e agentes econômicos relacionados à temática; e pelos proponentes para constituir um fórum de consulta e acompanhamento das Assembleias Cidadãs. O Grupo de Conteúdo assegura pluralidade de visões ao longo do processo: ajuda na definição das formas e critérios para chamamento e sorteio das cidadãs e dos cidadãos participantes, na indicação de fontes de informação e porta-vozes convidados para apresentar visões, argumentos e evidências para a Assembleia Cidadã;
- Chamamento e sorteio dos participantes;
- Etapa informativa em que os participantes têm acesso a especialistas e porta-vozes de visões alternativas sobre o problema em questão;
- Deliberação e Plano para Implementação.

2. O que é o projeto?

O projeto Democracia deliberativa para política climática de cidades na América Latina é uma aspiração coletiva de uma rede internacional de democracia deliberativa. Nos próximos meses desenvolveremos o primeiro ciclo deliberativo latinoamericano de Assembleias Cidadãs sobre o Clima, compostas por pessoas escolhidas de maneira aleatória, por sorteio cívico. Além do Brasil, as Assembleias Cidadãs acontecerão também em cidades no México, Colômbia e Argentina. Esse exercício de democracia para além das eleições permite que membros de uma comunidade se envolvam e decidam sobre questões complexas que afetam as suas vidas juntamente com os representantes do governo. Envolver cidadãs e cidadãos no processo de construção de políticas públicas, incluindo quem nunca consegue estar nos espaços de decisão, permite que diferentes vozes sejam ouvidas e que as pessoas, com seus conhecimentos e visões, encontrem a melhor solução possível com foco no interesse coletivo.

O projeto também prevê a participação aberta através de uma plataforma de deliberação digital para desenvolver um pacto-intercidades para a gestão democrática do clima e da sustentabilidade.

Nosso objetivo é fortalecer, por meio da participação efetiva de cidadãs e cidadãos, os processos de democratização e descentralização da tomada de decisões públicas para a construção de resoluções democráticas e pacíficas da crise climática em cidades da América Latina. Esse processo torna-se particularmente importante se considerarmos que as pessoas mais afetadas pela crise climática são as que menos participam dos espaços de tomada de decisão.

3. Por que a Amazônia Legal?

A região da Amazônia Legal engloba **59% do território brasileiro** e nove estados do Brasil: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, compreendendo um total de **772 cidades**.

Essa delimitação territorial foi estabelecida pelo governo brasileiro com o propósito de planejar e fomentar o desenvolvimento socioeconômico dos estados que compartilham desafios semelhantes na região amazônica.

No decorrer das últimas quatro décadas, a Amazônia Legal tem enfrentado **desafios significativos**, incluindo desmatamento, elevação da temperatura e tensões na umidade, especialmente durante a estação seca. As consequências das mudanças climáticas e a aceleração do desmatamento estão pressionando os ecossistemas essenciais, resultando em um ciclo negativo caracterizado pelo aumento de incêndios florestais e pela amplificação das emissões de carbono. Esse cenário se sobrepõe à vulnerabilidade de grande parcela da população da região sem acesso a saneamento, água potável e condições dignas de moradia, agravando muito os impactos frente a eventos climáticos extremos.

Ao mesmo tempo, esta região garante as chuvas para boa parte da América Latina e tem papel central no combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas que afetam a população mundial. É berço da maior bacia hidrográfica do mundo e possui um dos maiores potenciais de bioeconomia e desenvolvimento sustentável do planeta.

Em uma região tão diversa em que coexistem "várias Amazôniaas", o **protagonismo dos governos locais** em relação à agenda climática e da

sustentabilidade, tanto em âmbito nacional quanto internacional, é crescente nos últimos anos. Os governos locais são os mais próximos da população, entendem com maior profundidade os problemas climáticos e os desafios de sustentabilidade específicos de sua região.

É na escala local que visões de futuro e compromissos assumidos em todos os níveis precisam ser concretizados e os governos locais possuem a capacidade de influenciar as diretrizes do governo federal e de envolver outros atores na construção de caminhos concretos e sustentáveis no contexto urbano brasileiro.

Além disso, governos locais são mais próximos da população. Em vista disso, acabam entendendo com maior profundidade os problemas sobre o clima e sustentabilidade específicos de sua região. Deliberar nessa instância garante visibilidade a problemas que muitas vezes são negligenciados no debate nacional.

Com objetivo de contribuir nessa construção surge a proposta da **Primeira Assembleia Cidadã sobre o Clima em Cidades Amazônicas**. Sabemos que os desafios na região são complexos e apresentam consequências em dimensões demográficas, sociais, econômicas e ambientais. Queremos co-construir um caso que apoie e inspire lideranças democráticas da Amazônia a incorporar essa inovação, da Assembleia Cidadã, de forma a contribuir para formulação de políticas, encaminhamento e tomada de decisão de interesse público com impacto positivo no enfrentamento da emergência climática e na rota do desenvolvimento econômico sustentável para as cidades e seu entorno.

Esse exercício de democracia para além das eleições permite que membros de uma comunidade se envolvam e decidam sobre questões complexas que afetam as suas vidas juntamente com os representantes do governo. Envolver cidadãos e cidadãs no processo de construção de políticas públicas, incluindo quem nunca consegue estar nos espaços de decisão, permite que diferentes vozes sejam ouvidas e que as pessoas, com seus conhecimentos e visões, encontrem a melhor solução possível com foco no interesse coletivo.

4. O que chamamos de proponente da Assembleia Cidadã?

Este programa tem como objetivo principal realizar Assembleias Cidadãs em conjunto com lideranças públicas municipais e/ou com projetos e planos de impacto no município. Isso implica envolver quaisquer entidades que possuam relevância institucional na cidade ou mesmo atores estaduais que tenham interesse em iniciativas de uma cidade ou região específica do Estado.

Por isso convidamos os diversos órgãos municipais, tais como o ministério público, conselhos, representantes do poder executivo, do legislativo (incluindo vereadores, uma frente parlamentar ou a Mesa Diretora, por exemplo), bem como representantes de diferentes secretarias, autarquias, comitês de bacias e instâncias regulatórias a manifestarem interesse ativamente na organização da Assembleia Cidadã sobre o Clima.

Cientes dos desafios do contexto amazônico para a rota da sustentabilidade e também das pressões da política eleitoral, incentivamos fortemente um espírito democrático das lideranças interessadas para construírem uma **manifestação de interesse que articule e integre diferentes esferas e atores com peso político na cidade e região.**

Vislumbramos diversas possibilidades de proponentes que podem se articular em uma manifestação de interesse, conforme lista abaixo, e estamos abertos a considerar alternativas não citadas; fale com a gente!

Proponentes possíveis:

- Representante de Frente Parlamentar Municipal (representante de mandato participante, em nome da Frente Parlamentar);
- Representante de mandato municipal individual, mandatos coletivos e/ou em consórcio com mandatos de outros municípios da mesma região;
- Representante de comitês setoriais, comitês de bacias ou consórcios de municípios;
- Representante de Comissão Municipal Parlamentar, Executiva ou Mista;
- Representante da prefeitura e/ou Prefeita(o);
- Representante de Secretaria Municipal;
- Representante de Conselho Municipal;
- Representante do Ministério Público;
- Representante do Tribunal de Contas e/ou Controladoria;
- Representante do Governo Estadual com interesse nas questões de um município específico;
- Representante de Autarquia Municipal, Estadual ou Federal com interesse nas questões de um município específico.

5. Que tipo de proposta é adequada para uma Assembleia Cidadã sobre o Clima?

O enfoque específico da Assembleia Cidadã será decidido em conjunto com os Proponentes e o Grupo de Conteúdo, a partir dos desafios e condições locais. Algumas das possibilidades de “produtos finais” de uma deliberação cidadã municipal sobre o clima são:

- Recomendações e insumos para a elaboração de um plano municipal de ação climática, no caso de cidades que ainda não tenham um;
- Recomendação sobre pontos críticos de legislação e planejamento público relacionada às mudanças climáticas e sustentabilidade;
- Recomendação para políticas de pagamentos de serviços ambientais, repartição de benefícios de política sobre emissão;
- Recomendação sobre decisão política referente a projetos, empreendimentos públicos ou privados, implementação de ações públicas, autorizações, concessões ou regulações que envolvam dilemas, impasses e escolhas difíceis considerando geração de trabalho e renda, qualidade de vida, enfrentamento da emergência climática e sustentabilidade;
- Recomendações para política de mobilidade, habitação, saneamento e etc. e inclusão de enfoque do clima e da sustentabilidade , em caso de revisão do plano diretor, construção de plano de ação climática, de mobilidade, de saneamento, etc;
- Recomendações para estímulo a algum setor na cidade, como economia verde, bioeconomia ou agricultura familiar;
- Recomendações para que a cidade consiga atingir determinado objetivo, por exemplo, metas de redução de desmatamento ilegal em áreas de preservação na cidade e região; Recomendações de prioridades de orçamento público para ações de enfrentamento e adaptação às mudanças climáticas;
- Recomendações sobre prioridade e diretrizes de governo na pauta climática na cidade.

6. Etapas do processo

- **11-08 a 02-10** - Prazo para manifestação de interesse;
- **até 10-10** - Análise das manifestações de interesse e agendamento de conversas com proponentes;
- **24-10** - Divulgação da cidade e proponentes que terão apoio para realização da Assembleia Cidadã;
- **25-10 a 01-11** - Workshops para planejamento da Assembleia Cidadã;
- **novembro e dezembro** - Etapas de articulação das coalizões e grupo de conteúdo locais e produção de material informativo para Assembleia Cidadã;
- **dezembro e janeiro** - Chamamento e sorteio de participantes para Assembleia Cidadã;
- **fevereiro e março** - Realização da Assembleia Cidadã
- **abril e maio** - Divulgação de resultados e ações de incidência.

7. Como será nosso apoio?

Sabemos que os desafios do contexto amazônico para a rota da sustentabilidade e as pressões da política eleitoral se somam aos não poucos desafios correntes da gestão pública. Mas o enfrentamento aos problemas climáticos e os desafios de sustentabilidade específicos de sua região não podem esperar.

Sua cidade pode ser pioneiro ao se juntar a um número crescente de municípios pelo mundo que pauta de maneira séria e inovadora a gestão democrática do clima. Mais do que realizar as Assembleias Cidadãs sobre o Clima e sustentabilidade em si, o objetivo do projeto é fazer com que lideranças públicas amazônicas conheçam e incorporem a deliberação cidadã ao seu ferramental de tomada de decisão e fomento à participação popular.

Para isso, o Delibera prevê apoiar os participantes da seguinte forma:

- **Planejamento:** o início do processo de planejamento das Assembleias Cidadãs acontecerá por meio de reuniões, realizados de forma remota, com as equipes responsáveis pela implementação das Assembleias Cidadãs na cidade;
- **Apoio na mobilização** de participantes para o Grupo de Conteúdo das Assembleias Cidadãs;
- **Compartilhamento** de material base para a etapa informativa das Assembleias Cidadãs, que será complementado pelo Grupo de Conteúdo local;
- **Facilitação** das sessões e apoio para formação de equipe local;
- **Ações de comunicação** em âmbito local e regional;

- Apoio financeiro para cobrir despesa direta com a remuneração pelo tempo e contribuições dos participantes da Assembleia Cidadã (prática recomendada e adotada em todo o mundo).

8. Quais contextos e perfis das cidades buscamos para a Primeira Assembleia Cidadã sobre o Clima em Cidades Amazônicas?

Nosso maior objetivo é oferecer a lideranças democráticas da Amazônia a oportunidade de realizar uma Assembleia Cidadã que **contribua para formulação de políticas, encaminhamento e tomada de decisão de interesse público com impacto positivo no enfrentamento da emergência climática na cidade e seu entorno**. Portanto, mesmo que você não consiga reunir ou corresponder totalmente a algumas das características abaixo, incentivamos que responda o formulário – podemos pensar em oportunidades de colaboração futuras.

A partir das manifestações de interesse e com apoio de um comitê de pessoas e organizações de atuação reconhecida nas pautas da Amazônia, faremos uma análise de perfil e contextos de implementação de uma Assembleia Cidadã nas cidades proponentes. Então, será definida a cidade que sediará e organizará, com apoio do Delibera, a Primeira Assembleia Cidadã sobre o Clima na Amazônia!

Critérios que consideramos importantes:

- Os contextos institucionais (do executivo e/ou do legislativo) devem indicar **vontade política e seriedade** no enfrentamento das mudanças climáticas. Queremos que as Assembleias Cidadãs implementadas tenham a maior probabilidade possível de influenciar de fato a formulação de políticas públicas em seus contextos das cidades;
- As lideranças locais responsáveis pela manifestação de interesse devem demonstrar em seu histórico de atuação o compromisso com a **justiça social**. Queremos que as Assembleias Cidadãs implementadas não se guiem apenas por uma visão técnico-científica, mas também discutam valores e escolhas do campo da justiça climática.
- Nosso objetivo é realizar uma Assembleia Cidadã em cidades que sejam representativas dos **desafios comuns enfrentados na região da Amazônia Legal**. Além disso, é fundamental demonstrar vontade e capacidade de enfrentar problemas públicos e disputas com a **participação cidadã ativa**, estabelecendo uma aliança transparente com um grupo inclusivo e representativo de cidadãs e cidadãos. O objetivo é ultrapassar barreiras,

resolver impasses e encontrar soluções convergentes no **eixo central da política climática: como garantir vida digna para todas e todos com uma economia não destrutiva ou, se possível, regenerativa?**

- Nesse sentido, queremos focar a primeira experiência de deliberação cidadã em contextos das cidades amazônicas onde estejam sendo discutidos (inclusive com potencial peso na política local e regional) dilemas envolvendo projetos, obras, programas, intervenções, legislações, atividade econômica e a emergência climática.
- Igualmente, temos especial interesse em cidades que se relacionam de alguma forma com **uma ou mais Áreas Protegidas** (Unidade de Conservação, Proteção Integral, Área de Proteção Ambiental, Terra Indígena, Comunidades Quilombolas), no sentido de que decisões públicas no município podem ajudar ou prejudicar essas APs.
- Procuramos por um perfil de cidade mais urbano e com economia local significativa. Encorajamos especialmente cidades com **população acima de 10 mil habitantes**, com PIB em patamar de **R\$ 100 milhões ou superior** e com despesas de custeio que não comprometam mais da metade de seu orçamento total, ou seja, é importante que as cidades tenham capacidade de decisão e execução orçamentária que faça diferença para o encaminhamento do que for deliberado pela Assembleia Cidadã.

9. O que acontece se sua cidade não for definida dessa vez para a implementação de uma Assembleia Cidadã?

Consideramos que todas as cidades que manifestarem interesse terão diversas formas de interagir com o programa e com o campo da deliberação cidadã em geral e na agenda climática, mesmo que não seja a cidade selecionada para receber o apoio do Delibera neste momento.

Todos serão convidados a participar da deliberação digital, de um pacto-intercidades, para a política climática que lançaremos em breve, assim como dos webinários onde compartilharemos as experiências que tivermos.

Manteremos todos atualizados sobre as atividades oferecidas nas redes que fazemos parte, tanto as nacionais, como Mandatos-C e ICLEI, e internacionais, People Powered, Democracy R&D, Demo.Reset e OIDP. Além disso, divulgaremos a nova turma para o curso "Assembleias Cidadãs: inovação democrática na prática", oferecido à distância e gratuito pela Enap.

10. Como manifestar interesse?

Preencha este formulário até as 19h do dia 02 de outubro de 2023.

11. Quem somos?

O coletivo Delibera Brasil é uma organização sem fins lucrativos e suprapartidária que nasceu com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e aprofundamento da democracia brasileira promovendo a deliberação cidadã. Somos responsáveis pela articulação, apoio e acompanhamento da experiência brasileira no projeto "Democracia deliberativa para a política climática de cidades na América Latina".

O consórcio para este projeto está firmado por cinco organizações pioneiras da democracia deliberativa na América Latina, com alcance local e regional, são elas, além de nós:

- SUR | Instituto del Sur Urbano - México
- IDEemos - Colômbia
- Extituto - Colômbia
- Democracia en Red - Argentina

Somos membros ativos da rede internacional Democracy R&D e estamos recebendo apoio e financiamento da Open Society Foundation para a realização desse projeto.

O formulário para manifestar o interesse em realizar uma Assembleia Cidadã sobre o Clima na sua cidade está disponível no link <https://bit.ly/ACClimaCidadesAmazonicas>.

Dúvidas? Sugestões?

Fale com a gente pelo e-mail: marcella@deliberabrasil.org

Saiba mais: www.deliberabrasil.org

Conheça as experiências mais recentes [aqui](#).

Parceiros:



Sur

delibera



EXTITUTO
POLÍTICA ABIERTA